XIX Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído
ENTAC 2022

Ambiente Construído: Resiliente e Sustentável
Canela, Brasil, 9 a 11 novembro de 2022

O Programa Reviver Centro e sua Proposta para Mitigar Problemas Urbanos

The Program Reviver Centro and its proposal to mitigate urban problems

Luiz Henrique Costa Oscar
UFRJ | Rio de Janeiro | Brasil | lhcosta@poli.ufrj.br
Karolinne Galvão Bastos
UFRJ | Rio de Janeiro | Brasil | bastoskg@poli.ufrj.br
Amanda Vieira Guimarães
UFRJ | Rio de Janeiro | Brasil | amandavguimaraes@poli.ufrj.br
Clara Rocha da Silva
UFRJ | Rio de Janeiro | Brasil | clararocha@poli.ufrj.br
Eduardo Linhares Qualharini
UFRJ | Rio de Janeiro | Brasil | qualharini@poli.ufrj.br

Resumo

A renovação de centros urbanos traz consigo a oportunidade de torná-los cada vez mais contemporâneos mantendo suas funções sociais e peculiaridades. A cidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos se expandiu através da busca por novas áreas com consequente abandono de áreas centrais. Recentemente, a Prefeitura do Rio de Janeiro com o intuito de requalificar estas áreas criou o Programa Reviver Centro (PRV), como uma iniciativa estruturada para gerir este processo. Este artigo discute conceitos e problemas associados ao planejamento urbano da região central da cidade do Rio de Janeiro e as perspectivas quanto ao Programa.

Palavras-chave: Governança. Gentrificação. Reviver Centro.

Abstract

The renovation of urban centers brings with it the opportunity to make them more and more contemporary while maintaining their social functions and peculiarities. The city of Rio de Janeiro over the years has expanded through the search for new areas with the consequent abandonment of central areas. Recently, the City of Rio de Janeiro in order to requalify these areas created the Reviver Centro Program (PRV) as a structured initiative to manage this process. This article discusses concepts and problems associated with urban planning in the central region of the city of Rio de Janeiro and the prospects for implementing the Program.

Keywords: Governance. Gentrification. Reviver Centro Program.

Como citar:
OSCAR, L. H. C.; BASTOS, K. G.; GUIMARÃES, A. V.; SILVA, C. R.; QUALHARINI, E. L.. O Programa Reviver Centro e sua Proposta para Mitigar Problemas Urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 19., 2022, Canela. Anais. Porto Alegre: ANTAC, 2022. p. 1-11.

INTRODUÇÃO

O cenário de degradação do ambiente construído das cidades brasileiras é consequência de um processo acelerado de urbanização que ocorreu no Brasil a partir dos anos 60, devido principalmente, ao atrativo econômico da industrialização que concentrava empregos nos grandes centros, provocando um crescimento inédito com um agravante: a ausência de políticas públicas. A prática de expansão urbana baseada na construção nova em detrimento da recuperação do estoque imobiliário construído fez com que a mancha urbana se estendesse em direção às periferias para o assentamento da população de baixa renda, e também em direção às novas áreas de expansão imobiliária para abrigar setores de alta renda [1].

Desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565, até as primeiras décadas do século XX a área central se manteve como espaço elitizado. Porém, a partir da expansão urbana e da criação de novas centralidades que expandiram e verticalizaram outras áreas da cidade, o centro do Rio passou por um processo de desvalorização simbólica [2]. Assim, tais práticas de expansão se contrapõem a propostas de intervenções nas áreas urbanas centrais, com ênfase na retomada do uso habitacional.

Adicionalmente, a renovação dos centros urbanos tem uma função social nesta produção habitacional, que requer uma visão holística para atender às complexas exigências como: o desenvolvimento de projeto em edifícios existentes e a preocupação com o seu entorno; os requisitos tecnológicos para edifícios reabilitados; e, a logística de produção da habitação em prédios com novas propostas de uso. No centro da cidade, há a premissa de que com a instalação do projeto Reviver Centro a área seja revitalizada e valorizada.

A requalificação de espaços urbanos é um tema crítico, sendo uma abordagem pouco comum no Brasil. O princípio que organiza cidades brasileiras é o de expansão urbana, que objetiva trazer benefícios econômicos e sociais.

A dinâmica das cidades foi desestruturada na pandemia e há o receio da perda da vitalidade do centro da cidade do Rio de Janeiro. Então, requalificar o centro se tornou uma das prioridades para a prefeitura, como uma nova injeção de vitalidade. Através do Programa Reviver Centro, é trazida a possibilidade do incremento da população residente, não somente como uma alternativa para o mercado imobiliário, mas como um modelo mais sustentável, com uma cadeia econômica mais abrangente e de maior valor agregado quando do reaproveitamento de edifícios [3].

PROBLEMAS URBANOS

As ações em centros urbanos, são particularmente delicadas devido às suas condicionantes, das quais se destacam: as restrições arquitetônicas, de soluções e ainda a avaliação do nível de segurança estrutural antes e após a intervenção. Para além destas dificuldades, os centros urbanos com núcleo histórico, têm geralmente pouca população residente, envelhecida e com debilidades socioeconômicas, o que se reflete diretamente na degradação dos edifícios, devido ao seu abandono. Esta

realidade coabita com espaços de comércio e serviços que ocupam frequentemente os pisos inferiores dos edifícios, constituindo autênticas ilhas de atividade nos centros urbanos.

Com a deterioração das condições físicas, os centros urbanos constituem um mercado de habitação para as classes sociais desfavorecidas. Os centros urbanos terão de ser recriados como lugares atrativos onde as pessoas poderão trabalhar, habitar, e onde exista oferta cultural e oportunidades de lazer [4]. As comunidades locais precisam se sentir envolvidas em todas as fases de um processo de reabilitação urbana.

A mudança demográfica nas últimas décadas, também consequente do êxodo da população dos centros urbanos. A preferência por outras zonas periféricas, foi impulsionada por várias razões, mas em geral pela procura de melhores condições econômicas e de habitabilidade.

COMO SURGIU A GENTRIFICAÇÃO

De acordo com Glass [5], *gentrification* (traduzida do inglês, gentrificação), corresponderia ao conjunto de dois fatores observados em determinada área: I) um processo de desalojamento de dois fatores observados ao proletariado, substituídos por grupos oriundos de classes sociais mais altas e II) um processo de reabilitação física destas áreas. Desde então, o conceito de gentrificação vem passando por diversas modificações, havendo diversos estudos que abordam o fenômeno gentrificador através dos ângulos: demográfico, econômico, político, cultural, imaginário e simbólico [6].

A readequação espacial ocasionada pela gentrificação, cuja consequência é a remoção de pessoas e seu remanejamento, as torna nômades através de práticas apoiadas e perpetradas pelo próprio Estado (elite), dependendo do poder do Estado de repressão para manter a distância os pobres [7]. Portanto, pode-se dizer que o não reconhecimento pela elite de certos locais, é colocado em prática fronteiras não só espaciais, mas também ideológicas e segregacionistas. Com isso, a gentrificação não se restringe às questões de residência, ou seja, ela inclui o uso do espaço público pelos cidadãos mediante sua privatização e controle de atividades, o que expande a discussão sobre a transformação de locais públicos [8].

Conforme Hamnett [9]:

> *"Ao longo das décadas, desde o surgimento do conceito, duas teorias se destacaram na tentativa de compreender o fenômeno da gentrificação: a dos humanistas liberais, que destacam o papel da escolha individual, da cultura e do consumo, e a dos marxistas estruturalistas, que destacam o papel do capital, das classes sociais, da produção e da demanda."*

Segundo Ribeiro [10], as teorias citadas acima geralmente são apresentadas como opostas, mas alguns estudos as apresentam como complementares entre si e utilizadas como base para uma maior explicitação sobre o processo de gentrificação. Através das duas teorias, uma citada pelo geógrafo David Ley e a segunda citada por Neil Smith, a gentrificação está ligada à uma série de fatores gerando demanda (Ley) e oferta (Smith) de novas moradias. No contexto capitalista, Smith desenvolve sua

teoria de "*rent-gap*", através da dinâmica de investimento e desinvestimento urbano com a variação de preço das terras. Assim, no processo de gentrificação é necessário a análise pelos aspectos das duas teorias, considerando consumo, cultura, grupo social, o capital e o meio urbano nas tomadas de decisões.

A GENTRIFICAÇÃO NO BRASIL

Devido aos níveis de desigualdade social, há concentração de pobreza em algumas regiões e propriedades com uso informal [11]. Já o Estado, é fundamental no papel de análise da especulação imobiliária, identificando as áreas prováveis de sofrer valorização [12]. No caso do Brasil, o Estado tem papel importante com programas atrativos aos investidores privados e consumidores. Assim, a gentrificação não se dá somente com a chegada de uma classe média com potencial de compra, mas sim através de programas públicos que atraem investimentos.

Ao citar especificamente a gentrificação no Brasil, os processos seguem as características da divisão social do trabalho capitalista, com o forte apelo ao patrimônio cultural das cidades, as necessidades de investimentos e envolvimento do Estado [10]. Três cidades no Brasil tiveram o processo de gentrificação bem representado e em alinhamento com a parte histórica, que são Salvador (Bahia), Recife (Pernambuco) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).

A GENTRIFICAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

As transformações sofridas pela cidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos determinaram sua logística de funcionamento assim como a sua área de trabalho. Com a construção da Avenida Presidente Vargas, em 1944, o centro da cidade foi dividido em duas partes: a região onde eram concentrados os negócios e a zona portuária. Essa divisão gerou uma segregação econômica, cultural e social. A região da cidade que concentrava os negócios recebeu mais investimentos e programas específicos para a conservação e preservação do patrimônio cultural. Já a outra, tornou-se pouco valorizada, com uma grande decadência socioeconômica e um avanço significativo no grau de degradação na região [13].

No início dos anos 2000, a gentrificação passou a estar presente com objetivo de uma dinâmica econômica, e se potencializou a partir de 2008, quando o Rio foi escolhido para ser palco da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, o que acelerou o processo de modificações urbanas. Com isso, foi ganhando espaço no contexto internacional, o que exigiu cada vez mais investimento em infraestrutura e adequações aos padrões internacionais urbanos, atingindo principalmente a zona portuária do Rio e as favelas da zona Sul [10].

Nesse contexto, destaca-se pelo seu caráter emblemático em relação às políticas públicas urbanas atuais no Rio, o caso do "Porto Maravilha". Neste projeto, os moradores da região portuária foram excluídos e transferidos para outros locais, foram implantadas atrações turísticas para as classes média e alta, deixando claro o processo de gentrificação na cidade.

Pode-se ainda dizer que, diferentemente do ocorrido no Pelourinho e na cidade do Recife, onde a gentrificação ocorreu relacionada ao patrimônio histórico, no Rio de Janeiro a gentrificação estava ligada às novas estruturas urbanas relacionadas ao lazer e à cultura, que em teoria beneficiaria a todos e não apenas a um grupo privilegiado. Com isso, conclui-se que na cidade do Rio de Janeiro o processo realizado foi mais próximo do conceito, mas como ainda é recente, não é possível assegurar tal afirmação [10].

O PROJETO REVIVER CENTRO

> *"O presente Plano de Requalificação do Centro do Rio de Janeiro foi desenvolvido a partir da publicação do Decreto nº 48.348 de 1º de janeiro de 2021, que instituiu o Grupo de Trabalho de Requalificação do Centro do Rio de Janeiro, abrangendo a I R.A Portuária e II R.A. - Plano de Requalificação do Centro do Rio de Janeiro" [14].*

O propósito do Programa Reviver Centro inicia-se com a imagem da resiliência da cidade do Rio de Janeiro e que representa uma grande parcela da atividade econômica da cidade. A área central, que conta com 5,72 quilômetros quadrados, tem apenas 41 mil pessoas residentes, mais concentradas na região da Cruz Vermelha. Há o desejo da prefeitura que as manchas residenciais se espalhem nesta região e se conectem novamente. O centro do Rio no passado já foi povoado, no entanto, a segregação causada pela abertura da Avenida Presidente Vargas, o modelo americano de área central de negócios e o uso excessivo de edifícios monofuncionais (corporativos) contribuíram para que residências deixassem de existir [3].

O centro também detém má qualidade de tratamento do espaço público [3]. Na Figura 1 os logradouros destacados em amarelos são sujos e mal iluminados, o que contribui para percepção de pouca segurança. A reputação negativa prejudica o interesse em moradias no centro, reforçando a relação com o centro como apenas um local de trabalho. As setas na cor laranja indicam locais passíveis de se tornarem moradias, gerando um potencial de intervenções.

Figura 1: Análise de dificuldades e potencial preliminar da região



Fonte: [15].

Pensando nisso, a prefeitura com o Reviver Centro coloca o programa como motivador de ações para mudar a região, motivando sua ocupação. Na Figura 2 são indicadas rotas de transporte de alta capacidade a 5 minutos, colocando a mobilidade como argumento fantástico para moradia [3].

Figura 2: Oferta de transporte e raio de alcance na região



Fonte: [15].

O Programa Reviver Centro objetiva atrair o uso residencial, fomentar faixas de renda diversas, mudar a percepção do centro e implementar a revitalização duradoura, trazendo ao centro uma proposta de vida mais dinâmica. Nesse sentido, o programa pretende proteger e ampliar as áreas residenciais, estimular o retrofit de edifícios com benefícios, melhoria de serviços públicos, promover a cultura e apresentar o centro como região moderna e dinâmica.

O referido programa é constituído por um pacote de legislações que estabelecem as novas regras urbanísticas e edilícias, além de incentivos fiscais. Também compõe o programa, o presente Plano de Requalificação, composto por plano de ação intersetorial coordenado e uma carteira de propostas de projetos e programas. Estes visam a recuperação, conservação e ordenamento do espaço público.

A área de abrangência deste plano foi dividida em 2 grandes setores: Centro e Região Portuária (Santo Cristo, Gamboa e Saúde) que representam, respectivamente, grande parte da II Região Administrativa (R.A.) sob gestão direta da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) e parte da I R.A., sob gestão da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP) (Figura 3).

Figura 3: Área de abrangência do Programa Reviver Centro



Fonte: [15].

O setor da Região Portuária não sofreu subdivisões, uma vez que o órgão gestor possui metodologia própria de monitoramento. Já área de abrangência do Centro foi subdividida, conforme Quadro 1. Todas essas subáreas serão vistoriadas por cada um dos órgãos operacionais com o objetivo de identificar todas as ações emergenciais que serão necessárias.

Quadro 1: As 19 subdivisões da área Centro

Número	Nome da subárea	Número	Nome da subárea
1	Praça XV	11	SAARA
2	Misericórdia	12	Tiradentes
3	Castelo	13	Gomes Freire
4	Centro Financeiro	14	Lapa
5	Carioca	15	Campo de Santana
6	Graça Aranha	16	Cruz Vermelha
7	Alfândega	17	Riachuelo
8	Uruguaiana	18	Calouste
9	Cinelândia	19	São Bento
10	Passeio Público		

Fonte: [15].

Como exposto por Fajardo [3], a prefeitura promoverá ações integradas com o Estado, solicitando redução de exigências para instalações de gás, promovendo desconto em negócios tradicionais, elaborando por decretos modelos de gestão compartilhada de espaço público e propondo licenciamento integrado. Adicionalmente, ações do executivo estão na melhoria da segurança, conservação e manutenção de trechos críticos, reforço da ordem urbana, acolhimento de população de rua, iluminação e resgate de luminárias históricas, limpeza e realocação de pontos finais de ônibus.

Os benefícios edilícios para o edifício existente estão na possibilidade de intervenção sem restrição de Área Total Edificada (ATE), nas áreas comuns, nas circulações, tipologias e elementos de segurança. Quanto ao escape e rotas de fuga não serão considerados na ATE. A legislação também prevê a promoção de fachadas ativas, alvará de atividades econômicas para todos os pavimentos, autodeclaração em entorno de bem tombado, desde que não haja alteração dos aspectos externos e não

será necessária a análise do patrimônio cultural. Complementarmente, estudos para incluir o IPHAN e o INEPAC para integrar autorizações de intervenção estão em andamento.

No âmbito dos benefícios fiscais, as benfeitorias que possuem ao menos 60% de sua ocupação residencial terão: remissão de dívida ativa para aquisição e retrofit, redução/isenção do IPTU por 3 anos para transformação de uso das unidades autônomas para residencial, redução/isenção de IPTU por 10 anos para retrofit em prédios inteiros, isenção total do ISS da obra e redução do ITBI para a primeira venda após o retrofit.

Também foi previsto estímulo para o coroamento dos prédios com permissão de acréscimo de um pavimento (Figura 4) para atividades econômicas com parte de interesse coletivo, com jardins naturais, agricultura urbana, piscinas, equipamentos de lazer e liberdade arquitetônica, desde que acompanhadas pelo patrimônio.

Figura 4: Indicação de possibilidades de intervenção em coberturas



Fonte: [15].

Ainda como benefícios às garagens existentes, subsolos e áreas internas comerciais estão permitidas a alteração de uso. O retrofit internamente poderá ser feito em compatibilidade com outros usos e não exigirá área mínima para reconversão de sala comercial em residencial, podendo subdividir áreas comerciais e residenciais.

Para novas edificações, não haverá obrigatoriedade de vagas de garagem, proibição de subsolos devido a fragilidade das edificações no entorno, desde que a ocupação seja acima de 60% em uso residencial.

Contempla-se no programa tipologias voltadas para locação social, que terão como público alvo estudantes universitários, servidores públicos, moradia assistida a pessoas com fragilidade econômica, onde, para quem aderir terá benefícios de 30 anos de isenção de IPTU e possibilidade de até 20% de acréscimo na ATE [3]. Pesquisas realizadas nas 3 fases de consulta pública, indicaram que de mais de 5.000

participantes, 50% indicaram interesse em morar no centro. Quanto ao processo de gentrificação, para evitar ou contemporizar isto, o combate está no aumento de produção habitacional, pois contribui para regulação dos preços urbanos, implicando no fortalecimento da região e a diminuição de riscos de depreciação da área.

Ao se tratar da participação de imóveis públicos, o Estado historicamente se mostrou ineficiente na gestão de seu patrimônio imobiliário. Algumas propostas a médio prazo podem ser alternativas, com imóveis devolutos e planos integrados. Entretanto, o projeto é contestado sob a ótica de que existem diversos problemas estruturais que fragilizam seus objetivos e merecem atenção. Segundo [17], a ausência de ações e propostas associadas à construção de habitação de interesse social demonstra uma total desarticulação com o Plano de Habitação de Interesse Social da região portuária, que foi aprovado em 2015. Um plano que tinha como meta a produção de, pelo menos, 10 mil unidades de Habitação de Interesse Social na Região Portuária e no Centro, nos próximos dez anos.

O objetivo de fortalecer o espaço público na área é propício ao uso da população e à "transitabilidade" da área, é muito positivo. No entanto, é preciso reconhecer a diversidade de agentes utilizados e reproduzidos no espaço urbano central: moradores, moradores de rua, agentes econômicos ligados ao comércio e serviços, camelôs, grupos culturais, etc. [16].

Para os autores, o foco na habitação parece vir de um aprendizado propiciado pelo fracasso do projeto Porto Maravilha que, ao apostar em edifícios corporativos e em infraestruturas urbanas sem qualquer previsão efetiva de habitação, promoveu um grande espaço urbano subutilizado. Nessa vertente, cabe ressaltar que se o Reviver Centro tem o objetivos de atrair a classe média para a área, sem considerar a população que já vive no centro, que são em grande maioria grupos desfavorecidos (favelas e moradores de favelas, ocupação de edifícios vagos, população de rua, etc.), o plano proposto pode iniciar um processo de gentrificação, expulsando indiretamente, já que a realocação será de forma natural, os mais pobres, elevando o preço de viver na região central e alterando o uso do espaço [17].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, na cidade da cidade do Rio de Janeiro, com a proposta de trazer investimentos às áreas obsoletas, com perda de valor ou envelhecidas, a iniciativa da Prefeitura lançou luz a um plano de recuperação urbana audacioso, O Reviver Centro. No estudo foi indicado que áreas centrais possuem vantagens excepcionais quanto à localização e aproveitamento da infraestrutura urbana e, por tal, trazem oportunidades de promoção da cidade em locais que já respondem majoritariamente pela economia da região.

Ainda que o projeto Reviver Centro, não tenha em sua essência gerar um processo de gentrificação, visto que as ações e projetos a serem realizados, as benfeitorias da região estão focadas no resgate da cidade, principalmente com as incertezas geradas pela desocupação do centro devido à pandemia. Assim, propostas como a do Reviver

Centro demandará esforços de diversos atores, capitaneados pelas ações da Prefeitura.

Desse modo, a ênfase na abordagem da questão da gentrificação indicou que revitalizar o centro da cidade do Rio de Janeiro não implica em expulsar os protagonistas atuais, diretamente. Porém, a medida em que o custo de vida da região se torne mais elevado, pode vir a gerar a gentrificação e mobilização da população residente para outro local. Portanto, demandará que os moradores se qualifiquem para novas oportunidades que surjam, deixando a cargo deles se proteger da ilusão de acesso onde se vale de uma depreciação da área, que está fadada a cobrar a conta de sua requalificação.

Adicionalmente, a governança instaurada na Prefeitura para implementar ações foi essencial para criação do plano de trabalho que contribuirá também para incremento de outras regiões da cidade. Cabe ressaltar a relevância na consideração de problemas urbanos ainda na fase de concepção do programa, fato que traz maturidade ao plano para ações para que a mitigação destes sejam realizadas. O programa Reviver Centro sob a ótica da governança, trouxe elementos urbanos como a conservação do espaço público, mobilidade urbana, ordenamento público, segurança pública, legislação, entre outros. Os esforços empregados pela Prefeitura são relevantes, trazem uma bagagem pautada em diversos estudos já consolidados e promove uma reflexão sobre a cidade do futuro, mas para tal, é necessário também alinhar estratégias que engajem os cidadãos para requalificar o centro urbano da cidade do Rio de Janeiro.

As constantes mudanças no Projeto fazem com que questionamentos surjam, tanto da parte da população quanto dos estudiosos na área. O Projeto traz consigo uma bagagem que sem dúvidas interfere no processo histórico, pois é inevitável por exemplo a demolição de imóveis históricos e arquitetônicos da cidade. Tais medidas podem acabar trazendo uma certa desconfiança, visto que nas áreas norte e sul, da Tijuca à Copacabana prédios seriam demolidos e dariam espaço para construções de grande volumetria, sendo um grande viés para o mercado imobiliário, tornando o projeto pouco inclusivo perante a população de baixa renda. Portanto, pode-se concluir que os moradores de baixa renda possivelmente serão afastados para bairros distantes, o que para os idealizadores do Reviver Centro seria um argumento infundado, bastando apenas o retrofit.

REFERÊNCIAS

[1] ROLNIK, R. e BALBIM, R. **Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Centrais. In: Seminário de Habitação e Reabilitação de Áreas Centrais**, 2006, Rio de Janeiro, Anais, Rio de Janeiro:2006, 1 CD.

[2] ABREU, M. A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1987.

[3] FAJARDO, Washington. **Sessões Plenárias da segunda fase do V Congresso Internacional na "Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios"**, UFRJ. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://youtu.be/dgICEWSxbeU. Acesso 21 julho 2021.

[4] TAYLOR, P. J. **Hierarchical Tendencies amongst World Cities: A Global Research Proposal**. Cities, n. 14, 1997.

[5] GLASS, Ruth. **Aspects of Change**. London: MacGibbon&Kee, 1964.

[6] CORDERO, A. H. (2016). **Gentrificación: Orígenes y perspectivas**. Revista del Departamento de Geografía.

[7] DAVIS, M. (2008). **Planeta Favela**. São Paulo, Boitempo.

[8] JANOSCHKA M., SEQUERA J., SALINAS, L. (2014). **Gentrificación en España y América Latina: um diálogo crítico**. Revista de Geografía Norte Grande.

[9] HAMNETT, Chris. **The blind men and the elephant: the explanation of gentrification**. Transactions of the Institute of British Geographers. Vol.16, n.2, 1991.

[10] Ribeiro, T. F. **Gentrification: Conceptual and practical aspects of its verification in brazil/gentrificacao: Aspectos conceituais e praticos de sua verificação no Brasil.**" Direito da Cidade, vol. 10, no. 3, Sept. 2018, pp. 1334+. Gale Academic OneFile. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/A606482542/AONE?u=anon~6e3bad98&sid=googleScholar&xid=40e1edbb.

[11] DE MARCO, C. M., Santos, P. J. T., & Möller, G. S. (2020). **Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta descolonizadora**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 12, e20190253.

[12] CÓCOLA Gant, A., Durán, G., & Janoschka, M.(2016). **La ciudad del siglo XXI: políticas públicas urbanas, desplazamientos y contestaciones**. Íconos, 56 (56), 11-18. http://dx.doi.org/10.17141/iconos.56.2016.2351

[13] SOARES, Eliana M. AMOREIRA, Fernando D. **Preservação do Patrimônio Cultural e Reabilitação Urbana: O caso da Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro**, 2016.

[14] RIO DE JANEIRO**. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Projeto de Lei Complementar Nº 11/2021, que institui o programa Reviver Centro**. Disponível em: http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/d305f3c25ec55a360325863200569353/3ac1f 0bbf7cb5099032586bc0069bfa2?OpenDocument. Acesso 3 julho 2021.

[15] RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo**. Programa Reviver Centro**, PCRJ /SMU, 2021.

[16] FIDALGO, Tarsila; TERRA, Beatriz; SANTOS JR, Orlando. **Reviver Centro. Para quem? Análise preliminar sobre o programa apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro**. Observatório das Metrópoles, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/reviver-o-centro-para-quem-analise-preliminar-sobre-o- programa-apresentado-pela-prefeitura-do-rio-de-janeiro/. Acesso 22 julho 2021.